

AO DOUTO JUÍZO DA 4ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA REGIONAL SANTA CRUZ - RJ

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C TUTELA ANTECIPADA

MANUELA DOS SANTOS MARQUES,

brasileira, menor impúbere, inscrito no CPF nº 196.926.347-44 e RG nº 32;883;575- 6, representada por seu genitor LUIZ OCTAVIO MARQUES DA SILVA, brasileiro, divorciado, desempregado, CPF nº 078.782.057-10 e RG nº 10.658.828-8 residente na Rua Apocalipse, nº 9, Batam, Realengo, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 21.730-560.

Vêm, respeitosamente, perante este juízo, por intermédio do seu advogado adiante assinado, **procuração anexa**, com endereço eletrônico contato@luizgustavoadv.com.br e endereço profissional onde deve ser notificado.



Rua Cambaúba, nº 1231 – sl 303 Jd. Guanabara, Rio de Janeiro/ RJ

Propor ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER E TUTELA ANTECIPADA** em face da:

MUNICIPIO DE RIO DE JANEIRO, ente federativo, inscrito no CNPJ sob o nº **42.498.733/0001-48**.

Endereço: Palácio da Cidade: Rua São Clemente, 360, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP: 22.260-006

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Nos termos do:

⇒ **art. 98º do Código de Processo Civil;**

A finalidade da justiça gratuita é garantir o amplo acesso à Jurisdição às pessoas notoriamente menos favorecidas economicamente. Os reclamantes declaram para os devidos fins e sob pena da Lei, **serem pobres**, bem como há menor nos autos com hipossuficiência presumida e o genitor se encontra desempregado, **recebe BPC/LOAS, não tendo como arcar com o pagamento de custas e demais despesas processuais sem o prejuízo de seu sustento**, pelo que requer os benefícios da justiça gratuita.

DOS FATOS

Trata-se de ação em que se busca a disponibilização de **CONSULTA COM MÉDICO NEUROLOGISTA PEDIÁTRICO E TERAPIA DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA MULTIDISCIPLINAR** para menor com Transtorno do Espectro Autista, no qual estava há 08 meses na fila de espera para ao atendimento e foi devolvido arbitrariamente pelo Município Sob a alegação de “Inserção na especialidade equivocada”.

A requerente **MANUELA DOS SANTOS MARQUES**, faz acompanhamento médico no (HUPE) Hospital Universitário Pedro Ernesto, onde teve encaminhamento pela Médica Dra. Katarina Machado. CRM:52 908258

Desta forma, a menor possui **Transtorno do Espectro Autista, CID 10 F.84**, conforme laudo em anexo, sendo assim, faz-se essencial o seu acompanhamento médico e terapias de reabilitação do desenvolvimento.

Neste sentido, a menor apresenta atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, com déficit de linguagem e cognição, sendo necessário todo o apoio multidisciplinar necessário, para tanto é necessária a reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor.

Tendo em vista a necessidade do tratamento, a menor foi encaminhada pelo (HUPE) desde o dia **27/03/2023** para terapia de reabilitação.

Unidade de Atenção Primária Encaminhada	AP*	Endereço da Unidade
Motivo do Encaminhamento* Paciente de 6 anos e 2 meses, com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, necessitando de acompanhamento com psicologia, terapia ocupacional e fonoaudiologia (TERAPIA DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA MULTIDISCIPLINAR) para melhora do desenvolvimento neuropsicomotor, socialização e aprendizado.		
Resultado de Exames Complementares		
CID 10 F84	Data do Encaminhamento* 27/03/2023	
*Campos Obrigatórios		

Dr.ª Katarina Machado Hanna
Chefe do Ambulatório de Pediatria
Matr. 39701-8 / ID. 5086147-6
CRM 908288-RJ HUPE/UERJ

Rio de Janeiro, 27 de MARÇO d

Insta salientar, que a família do menor possui poucos recursos e depende preferencialmente do SUS, bem como a renda familiar é baixa, **estando inscritos no Cadastro único**, conforme anexo.

Por fim, vale ressaltar que o transtorno do espectro autista é uma doença de alta complexidade que deve ser abordada de maneira multicêntrica, visando uma melhora integral do paciente. Portanto, **a intervenção precoce do TEA é um divisor de águas entre as crianças que irão conseguir uma maior autonomia futuramente e as que serão sempre dependentes de alguém. Quanto mais cedo for essa reabilitação mais ações de intervenção serão eficazes, visto que quanto mais tardio o tratamento do autismo, mais consolidados estarão os sintomas.**

Nesta toada, é inegável que a longa espera pela regulação diante do risco da ausência de tratamento adequado não é razoável, numa ponderação de interesses **deve prevalecer o direito à vida, sobretudo à vida digna.**

Contudo, após toda a espera pela regulação a menor teve seu direito fulminado, sob a alegação de que está estaria sob suspeita de autismo, o que não é verdade, pois o próprio Hospital Pero Ernesto, ratificou o diagnóstico.

Sendo assim, coube a genitora se socorrer a este asilo de justiça, para ter o direito da criança resguardado, outrossim, trata-se de direito básico garantido constitucionalmente, não podendo o judiciário se furtar de garantir esta tutela à criança, proporcionando-a o mínimo de dignidade que a pessoa humana carece para sobreviver.

DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA INFÂNCIA

Inicialmente, há de se ressaltar que o conhecimento e julgamento da presente demanda **incumbe ao Juízo da Infância e da Juventude**, uma vez que fundada em interesse individual da criança, nos termos da previsão legal dos artigos 148, inciso IV; 209; e 212, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõem os referidos dispositivos legais, *in verbis*:

“Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para: (...) IV – conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209.” “Art. 209. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.”

“Art. 212. Para defesa dos direitos e interesses protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ações pertinentes.”

Trata-se, portanto, de competência absoluta em razão da matéria. Ressalte-se, ainda, que a norma em comento faz expressa remissão às ações previstas no Capítulo VII, dentre as quais se incluem as que se referem ao não oferecimento **às ações e serviços de saúde**; (art. 208, VII, da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente). Outro não é o entendimento da doutrina, podendo ser citada a seguinte lição de Válter Kenji Ishida, em sua obra Estatuto da Criança e do Adolescente – Doutrina e Jurisprudência, assim exposta:

“Compete também à Vara da Infância e da Juventude para tratar de ações ligadas a interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos vinculados à Infância e Juventude. Trata-se, *in casu* de **competência absoluta por força do disposto no art. 209 da mesma lei**, excetuando-se a Justiça Federal e a

competência originária dos Tribunais superiores. Individual é o interesse vinculado a determinada pessoa. Individual homogêneo é aquele interesse divisível de uma pessoa, mas que atinge também de forma igual outras pessoas.”

DO DIREITO À SAÚDE

O Direito à saúde é um direito fundamental de extrema importância e o Estado tem a obrigação de adotar medidas eficientes para evitar e reverter doenças como Políticas sanitárias preventivas de doenças, vacinas, saneamento básico, Políticas curativas, tratamentos médicos e medicamentos. Diante da ineficiência do Estado, o enfermo pode buscar no Judiciário o auxílio para que tenha acesso a seu direito bem como tenha o seu pleito de atendimento concedido.

Art. 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação

Salienta-se que o Princípio da integralidade é o conjunto de valores do ente federado ao promover cuidados com o indivíduo, desta forma o acesso a saúde deve ser integral e efetivo, não somente quando enfermo precisa de cuidados, para tanto **o Estado deve adotar medidas para evitar que a doença aconteça, como cuidado com alimentação, prevenção de doenças.**

O direito à saúde representa um direito fundamental que ampara a todas as pessoas e representa ligação indissociável do direito à vida, implementa se com política pública.

São normas aplicadas aos contratos de plano de saúde CF, CC, CDC, Lei n 9656 /98 e Resoluções da ANS, importante ressaltar a Constituição Federal de 1988 é um marco histórico e jurídico na conquista do direito à saúde.

Art. 6º direito fundamental prestação de serviços relacionados a saúde em igualdade de condições e a todos Dever do Estado, que deve agir e prestar os serviços necessários para a efetivação do direito

Art. 199 caput assistência à saúde é livre à iniciativa privada Empresas prestam serviços relacionados à saúde de modo a obterem lucro com o exercício da atividade, recebendo uma contraprestação pelos serviços prestados.

De acordo com a jurisprudência da pátria:

E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA DE OFÍCIO – AÇÃO DE PRECEITO COMINATÓRIO – PRELIMINAR ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO – REJEITADA – MÉRITO – DIREITO À SAÚDE – OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL – ART. 196 DA CF – PACIENTE COM ATROFIA CEREBRAL, ATRASO NO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR, EPILEPSIA, TETRAPARESIA, COMPROMETIMENTO DA MARCHA E FALA – IMPRESCINDIBILIDADE DO TRATAMENTO PLEITEADO – CONDENAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS À DEFENSORIA PÚBLICA – IMPOSSIBILIDADE – CONFUSÃO ENTRE CREDOR E DEVEDOR – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO MUNICÍPIO – POSSIBILIDADE – FIXAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 85, § 4º, INCISO II, DO CPC/2015 – PREQUESTIONAMENTO – RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO – REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE PROVIDA. Por se tratar de sentença ilíquida proferida contra a Fazenda Pública, a remessa necessária deve ser conhecida de ofício, nos termos da Súmula n.º 490, do STJ. Deve ser afastada a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam, pois os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos e/ou tratamento às pessoas carentes. O artigo 196, da Constituição Federal prescreve que é dever do Estado garantir o acesso universal e igualitário das pessoas à saúde, estando este dever constitucional acima de qualquer lei, portaria ou qualquer outro ato normativo, porquanto o que se visa garantir é o direito primordial à vida. Comprovada a imprescindibilidade do medicamento/tratamento pleiteado, aliado a ausência de condições econômicas de suportar os custos do tratamento, deve os entes públicos réus fornecê-los. Consoante Súmula 421 do STJ: "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença." Perfeitamente possível a condenação do ente público municipal no pagamento de honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública, eis que não se aplica o instituto da confusão. Sendo ilíquida a sentença, a definição do percentual dos honorários advocatícios somente ocorrerá quando liquidado o julgado, por força do que dispõe o inciso II do § 4.º do artigo 85 do CPC/2015. Torna-se desnecessária a manifestação expressa a respeito dos dispositivos legais, porquanto não está o magistrado obrigado a abordar artigo por artigo de lei, mas tão somente a apreciar os pedidos e a causa de pedir fundamentando a matéria que interessa ao correto julgamento da lide.

(TJ-MS - APL: 08002105320178120053 MS 0800210-53.2017.8.12.0053, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 22/10/2018, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 24/10/2018)

Neste escopo, a Lei n.º 8.080/1990, em seu artigo 2.º, destacou que a saúde é um direito fundamental do ser humano, incumbindo ao Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) prover as condições ao seu pleno exercício.

Sobre o tema, José Afonso da Silva ensina que:

"Direito à saúde. É espantoso como um bem extraordinariamente relevante à vida humana só na Constituição de 1988 tenha sido elevado à condição de direito fundamental do homem. E há de informar-se pelo princípio de que o direito à vida de todos os seres humanos significa também que, nos casos de doença, cada um tem o direito a um tratamento condigno de acordo com o estado atual da Ciência Médica, independentemente de sua situação econômica, sob pena de não ter muito valor sua consagração em normas constitucionais. (...) Como ocorre com os direitos sociais e geral, o direito à saúde comporta duas vertentes,

Conforme anotam Gomes Canotilho e Vital Moreira: 'uma, de natureza negativa, que consiste no direito a exigir do Estado (ou de terceiros) que se abstenha de qualquer ato que prejudique a saúde; outra, de natureza positiva, que significa o direito às medidas e prestações estaduais visando à prevenção das doenças e ao tratamento delas'. Como se viu do enunciado do art. 196 e se confirmará com a leitura dos arts. 198 a 200, trata-se de um direito positivo, "que exige prestações de Estado e que impõe aos entes públicos a realização de determinadas tarefas (...)" (Comentário Contextual à Constituição, 6ª edição, Malheiros, p. 185).

DO DIREITO AO TRATAMENTO PRECOCE

Cabe trazer aos autos a relevância e importância do tratamento precoce para autistas, de acordo com o Governo Federal.

A caminhada para a conscientização das pessoas de que o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma desordem do desenvolvimento neurológico e é necessária a busca precoce de ajuda profissional são grandes desafios, mas cada vez mais são realizadas campanhas e discussões sobre os temas. O HU-UFSC, unidade da Rede Ebserh/MEC em Santa Catarina, oferece atendimento para avaliações de cada caso e, se necessário, conta com equipe multiprofissional para acompanhamento.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estático de Transtornos Mentais DSM-5 (referência mundial de critério para diagnósticos), o transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos.

“Nas primeiras avaliações são realizadas as avaliações diagnósticas e de diagnóstico diferencial, esclarecendo as comorbidades neurológicas e psiquiátricas, bem como a realização de outras investigações que porventura possam ser necessárias, como a genética”, explica Jairo Vinícius, Psiquiatra da Infância e da Adolescência do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (HU-UFSC/Ebserh/MEC).

Cada caso é distinto e o acompanhamento é personalizado para cada paciente, podendo envolver tratamentos psicológicos, com fonoaudiólogos, terapia ocupacional, entre outros. Os acompanhamentos são feitos por meio de análises e consultas médicas.

“É importante detectar cedo, poder fechar o diagnóstico e iniciar as intervenções de forma mais precoce, e assim o paciente se beneficiará mais em suas dificuldades”, conta o profissional.

(Fonte: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/diagnostico-precoce-e-avaliacao-multiprofissional-sao-essenciais-para-acompanhamento-de-autismo>.)

Neste íterim, de acordo com a lei Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

Segundo a psicóloga Chaloê Comim, especialista em TEA, não há necessidade de esperar uma confirmação diagnóstica, para iniciar as terapias e intervenções. “O diagnóstico é uma classificação formal, então, ele é importante e necessário para facilitar a comunicação entre profissionais da saúde e, no caso do autismo, garantir acesso aos direitos previstos em lei (como por exemplo, Lei Berenice Piana e Direitos previstos para Pessoas com Deficiência). Mas, é importante saber que existem marcos do desenvolvimento infantil. Para atestar que o desenvolvimento de uma criança está dentro do esperado para sua idade, ela deve estar de acordo com estes marcos. É possível notar sinais que alertam para o TEA nos primeiros meses de vida.”

Ainda de acordo com ela, um profissional especializado, será capaz de avaliar e diagnosticar se está tudo de acordo ou se há algum atraso no desenvolvimento. A avaliação no autismo, deve ser feita por equipe multidisciplinar, mas pode levar um tempo considerável, pois a idade média para um diagnóstico de autismo varia entre 3 a 5 anos.

“O tempo no Autismo vale ouro. O ideal é que o diagnóstico seja feito nos primeiros anos de vida, pois a Neurociência aponta que dos 0 aos 3 anos de idade, o cérebro da criança tem maior flexibilidade para substituir e formar novos circuitos sinápticos, corrigir atrasos e falhas no desenvolvimento, através de estimulação. Então, seria esta a fase ideal para intervenções.” Sendo assim, resta comprovada a importância da consulta neurológica para o desenvolvimento do menor.

O debate jurídico em torno da judicialização da política pressupõe o reconhecimento de que a Constituição Brasileira, por um lado, garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, caput) e, por outro, impõe ao Poder Público assegurar a saúde a todos, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196)

Esses deveres objetivam ao atendimento do direito humano à saúde, previsto no art. 25 item I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos seguintes termos ::“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade”

O direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível de saúde física e mental, por meio da criação de condições que assegurem a todos assistências médicas e serviços médicos em caso de enfermidade, também está consignado no art. 12 do Pacto Internacional de Proteção dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

Desta forma, está também em conformidade com dois dos princípios que regem as ações e serviços públicos de saúde I **universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência** e II **integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos**, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema (art. 7º da Lei Federal n 8 080 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes

Neste contexto, é certo que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário a atribuição de formular e de implementar políticas públicas, pois, nesse domínio, o encargo reside, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo).

Todavia, a incumbência de fazer implementar políticas públicas fundadas na Constituição deverá, excepcionalmente, ser exercida pelo Poder Judiciário, se e quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político jurídicos que sobre eles incidem em caráter vinculante, vierem a comprometer a eficácia e a integridade e direitos individuais e/ou coletivos impregnados de estatura constitucional.

Por todo exposto, a missão institucional do Poder Judiciário impõe o compromisso de fazer prevalecer os direitos fundamentais da pessoa, dentre os quais avultam, por sua inegável precedência, o direito à vida e o direito à saúde.

Tais direitos não se expõem, em seu processo de concretização, a avaliações meramente discricionárias da Administração Pública nem se subordinam a razões de puro pragmatismo governamental subtrair as políticas públicas na área da saúde ao controle jurisdicional apenas contribuiria para agravar o presente quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais.

Seria uma distorção pensar que o princípio da separação dos poderes, originalmente concebido com o escopo de garantia dos direitos fundamentais, pudesse ser utilizado justamente como óbice à realização dos direitos sociais, igualmente fundamentais. Com efeito, a correta interpretação do referido princípio, em matéria de políticas públicas, deve ser a de utilizá-lo apenas para limitar a atuação do judiciário quando a administração pública atua dentro dos limites concedidos pela lei. Em casos excepcionais, quando a administração extrapola os limites da competência que lhe fora atribuída e age sem razão, ou fugindo da finalidade a qual estava vinculada, autorizado se encontra o Poder Judiciário a corrigir tal distorção restaurando a ordem jurídica violada (REsp 1041197 / Rel Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25 08 2009 DJe 16 09 2009

Face ao caso concreto, o judiciário não deve se omitir em conceder a tutela jurisdicional da menor com deficiência que busca o atendimento necessário.

DANO MORAL – RESPONSABILIDADE OBJETIVA

De acordo com a Portaria 1.559/2008 do Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Regulação do SUS:

§ 3º Cabe aos Municípios:

V - garantir o acesso adequado à população referenciada, de acordo com a programação pactuada e integrada;

Desta forma, a responsabilidade do município nos casos de omissão específica, pelo descumprimento do dever especial de agir para impedir o resultado danoso, é objetiva, aplicando-se o disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Haverá omissão específica quando o Estado estiver na condição de garante (ou de guardião) e por omissão sua cria situação propícia para a ocorrência do evento em situação em que tinha o dever de agir para impedi-lo; a omissão estatal se erige em causa adequada de não se evitar o dano. Em outras palavras, a omissão específica pressupõe um dever especial de agir do Estado, que, se assim não o faz, a omissão é causa direta e imediata de não se impedir o resultado.

Nesse íterim, de acordo com os documentos da regulação **evidencia a recusa na prestação do atendimento médico e da terapia de reabilitação para criança com deficiência**, conseqüentemente, a omissão específica da municipalidade que resultou claramente em prejuízo à saúde da criança, constrangimento e abalo psicológico sofrido pela família, diante de estarem, sem qualquer assistência do SUS, gerando o dever de reparar o dano moral.

Sendo assim, o caso em questão refere-se à negativa de atendimento médico pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a uma criança portadora de Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujos direitos fundamentais à saúde e dignidade foram negligenciados. O município, ao recusar o atendimento, violou a norma constitucional que assegura o acesso universal e igualitário à saúde. Nesse contexto, busca-se o devido ressarcimento pelos danos causados à criança e sua família, bem como a adoção de medidas para garantir o pleno acesso a serviços de saúde especializados para indivíduos com TEA, assegurando o cumprimento efetivo do princípio da dignidade da pessoa humana consagrado em nossa Constituição.

APELAÇÃO CÍVEL. TUTELA. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DA OPERADORA EM CUSTEAR SESSÕES DE PSICOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, FONOAUDIOLOGIA E PSICOMOTRICIDADE. AUTOR/APELADO COM **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**. 1. TERAPIA ABA - ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA QUE JÁ SE ENCONTRA INCLUIDA NO ROL DE PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE SAÚDE DA ANS, FICANDO ESVAZIADO O DEBATE SOBRE SEU RECONHECIMENTO CIENTÍFICO. SESSÃO DE PSICOTERAPIA QUE CONSTA DO ROL DA ANS, CONFORME RN 428/2017 E RN 465/2021. ANUÊNCIA DA AGÊNCIA REGULADORA QUE DITO PROFISSIONAL APLIQUE O MÉTODO ABA DENTRO DE SUA SESSÃO. 2. METODOLOGIA ABA QUE POSSUI RECONHECIMENTO CIENTÍFICO, TANTO QUE JÁ FOI ADOTADA NO PROTOCOLO CLÍNICO DE DIRETRIZES TERAPÊUTICAS-PCDT APROVADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE-CONITEC (COMISSÃO NACIONAL DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS NO SUS), NA PORTARIA Nº 324/2016 E NA LINHA DE CUIDADO DO SUS PARA ATENÇÃO ÀS PESSOAS DO ESPECTRO DO AUTISMO E SUAS FAMÍLIAS NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. 3. LIMITE DO NÚMERO DE SESSÕES QUE, DE ACORDO COM A PRÓPRIA ANS, PODE SER AFASTADO POR DELIBERAÇÃO DAS PARTES, SENDO RECENTEMENTE EDITADA A RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 469/2021 QUE REGULAMENTA A COBERTURA OBRIGATÓRIA DE SESSÕES COM PSICÓLOGOS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS E FONOAUDIÓLOGOS, PARA O TRATAMENTO/MANEJO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) SEM LIMITE DE SESSÕES; 4. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE, DESDE SEMPRE, IMPEDIU A INTERRUPÇÃO DO TRATAMENTO PELO ESGOTAMENTO DO NÚMERO DE SESSÕES. 5. TERAPIA OCUPACIONAL QUE INTEGRA O ROL DE EVENTOS MÍNIMOS DA ANS, NÃO EXISTINDO LIMITAÇÃO PARA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE INTEGRAÇÃO SENSORIAL PELO PROFISSIONAL CAPACITADO, UMA VEZ QUE A SESSÃO COM O TERAPEUTA OCUPACIONAL É DE COBERTURA OBRIGATÓRIA. 6. AUTISTA QUE É CONSIDERADO PARA TODOS OS EFEITOS COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA, E, PORTANTO, DEVE RECEBER OS SERVIÇOS DE SAÚDE O MAIS PRÓXIMO POSSÍVEL DE SUA RESIDÊNCIA. 7. OPERADORA QUE NÃO LOGROU COMPROVAR A EXISTÊNCIA DE PROFISSIONAIS APTOS EM SUA REDE CREDENCIADA. REEMBOLSO DOS PROFISSIONAIS DE LIVRE ESCOLHA QUE É INTEGRAL ATÉ QUE SEJA OFERTADO SERVIÇO EQUIVALENTE DENTRO DO CORPO ASSISTENCIAL. 8. **DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) QUE ATENDE À LÓGICA DO RAZOÁVEL. DESPROVIMENTO DO RECURSO.** (TJ-RJ - APL: 00000603720208190205, Relator: Des(a). MYRIAM MEDEIROS DA FONSECA COSTA, Data de Julgamento: 01/09/2021, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 08/09/2021)

DO PEDIDO LIMINAR

PERICULUM IN MORA - O risco da demora se configura diante da continuidade da atual situação, **O QUE PODE AGRAVAR O TRANSTORNO DA MENOR**, e prejudicar a sua vida futura com **CONSEQUÊNCIAS IRREVERSÍVEIS**, além disso, o referido tratamento e consulta são demasiadamente importantes, o que acarretaria diretamente na qualidade de vida de todo o grupo familiar.

FUMUS BONI IURIS - A probabilidade do direito ficou perfeitamente demonstrada diante dos **LAUDO MÉDICO JUNTADO** e da **NEGATIVA INJUSTIFICADA**, pela administração pública em proporcionar a reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor, o que vai à contramão de toda legislação vigente, bem como da jurisprudência e doutrina atual. O direito para o presente caso está plenamente demonstrado através das provas iniciais e da injustificável demora pelo poder público.

O instituto da tutela antecipada consiste numa exceção legal aos princípios do contraditório e da ampla defesa, naqueles casos em que a espera da decisão final venha a causar um dano irreparável, desde que existam elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de danos ou risco ao resultado útil do processo, sendo estes os requisitos autorizadores previstos no art. 300.

Requer-se, assim, que o Poder Judiciário, tenha o bom senso de determinar a **MEDIDA LIMINAR**, em forma de tutela antecipada, para que o Município de Fortaleza **DISPONIBILIZE A CONSULTA COM MÉDICO ESPECIALISTA NEUROLOGISTA INFANTIL E TERAPIA DE REABILITAÇÃO**, nas condições já expostas, constantes em laudo médico sob pena de multa diária em valor arbitrado por esse Juízo.

Diante do exposto requer:

- 1.** Que seja deferido o benefício da assistência judiciária gratuita, devido à presença de menor impúbere e difícil situação econômica dos autores, que não possui condições de custear o processo, sem prejuízo próprio;
- 2.** Que seja deferido o trâmite prioritário, nos termos da lei 12.008/2009;
- 3.** Que seja dispensada audiência nos termos do art. 334, § 5º, do novo CPC,
- 4.** Que seja deferida a tutela provisória de urgência, *inaudita altera pars*, para o fim de **compelir o município Réu a disponibilizar o imediato atendimento de consulta com Médico Neuropediatra e Terapia de Reabilitação Neurológica Multidisciplinar**, sob pena de multa pecuniária diária em caso de descumprimento da ordem, em quantum a ser fixado por Vossa Excelência;
- 5.** Que seja realizada a intervenção do Ministério Público, por envolver interesse de incapaz art. 178, II DO CPC;
- 6.** Julgar ao final **TOTALMENTE PROCEDENTE** a presente ação, condenando o ente **RECLAMADO** a:
 - a)** Cumprir com o **fornecimento de consulta com Médico Neuropediatra e Terapia de Reabilitação Neurológica Multidisciplinar**;
 - b)** Sendo fornecido o atendimento, que este **não ultrapasse o intervalo de 90 dias entre uma consulta e outra** se assim for definida pelo médico assistente;
 - c)** Pagamento do valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) à título de indenização por danos morais;
 - d)** Pagamento de **honorários advocatícios** em valor a ser definido por este douto juízo.

Dá-se o valor da causa para fins de alçada:

VALOR

R\$10.000,00

(dez mil reais)

Nesses termos pede deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2023

Dr. Luiz Gustavo Alvarenga

OAB: 244.258/RJ